

Evento	Reunião do Comitê de Governança e Estratégia
Data	26 de fevereiro de 2025
Horário	11h
Local	Híbrida (presencial na Sala de Reuniões da Presidência e virtual pelo Google Meet)
Presentes	<ul style="list-style-type: none">– Desembargadora Presidente do Tribunal, Ana Paula Pellegrina Lockmann;– Desembargador Vice-Presidente Administrativo e Coordenador da Comissão de Orçamento e Finanças, Helcio Dantas Lobo Junior;– Desembargador Corregedor Regional, Renan Ravel Rodrigues Fagundes;– Desembargador Vice-Corregedor Regional, Edison dos Santos Pelegrini;– Desembargadora Gestora de Metas, Andrea Guelfi Cunha;– Juiz Auxiliar da Presidência, Sérgio Polastro Ribeiro;– Juíza Auxiliar da Corregedoria Regional, Lúcia Zimmermann;– Juíza Titular da 4ª Vara do Trabalho de Ribeirão Preto, Amanda Barbosa;– Diretor-Geral, Adlei Cristian Carvalho Pereira Schlosser;– Secretária-Geral da Presidência Substituta, Simone Moller Arruda;– Secretário-Geral Judiciário, Paulo Eduardo de Almeida;– Secretário de Tecnologia da Informação e Comunicações, Herbert Wittmann;– Secretário de Gestão de Pessoas, Luiz Henrique de Freitas Pereira;– Assessor de Gestão Estratégica, Iara Cristina Gomes;– Servidora da Assessoria de Gestão Estratégica, Adelaide Letícia Silviano do Prado Scarpini;– Representante da Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês, Patricia Luchi Pesce.
Ausências justificadas	<ul style="list-style-type: none">– Desembargador Vice-Presidente Judicial, Wilton Borba Canicoba;– Desembargador Coordenador da Comissão de Priorização de 1º Grau, Levi Rosa Tomé;– Secretária-Geral da Presidência, Adriana Martorano Amaral Corsetti;– Secretária da Administração, Ana Sílvia Damasceno Cardoso Buson;– Coordenadora de Sustentabilidade, Acessibilidade e Integridade, Helen da Silva Paes de Souza.
Pauta / Assuntos	- PROAD 952/2025 - Plano Estratégico Institucional

A Excelentíssima Desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann, Presidente do Tribunal e Coordenadora do Comitê de Governança e Estratégia, iniciou a reunião cumprimentando e agradecendo a todos pela participação.

Deu as boas-vindas aos novos integrantes desta composição e passou a palavra à Excelentíssima Desembargadora Gestora de Metas, Andrea Guelfi Cunha, para abordar a revisão do Plano Estratégico Institucional de 2021/2026.

- PROAD [952/2025](#) - Plano Estratégico Institucional

Dra. Andrea registrou agradecimento pela confiança na indicação recebida para ser a Gestora de Metas do Tribunal.

Dentre as necessidades, explicitou que o assunto pautado cuida da adequação do Planejamento, por determinação do CSJT (Conselho Superior da Justiça do Trabalho), solicitando mais detalhes para a Assessora de Gestão Estratégica.

lara explicou que, dentre as alterações dadas pela Resolução CSJT 387/2024, que institui o Modelo de Gestão Estratégica da Justiça do Trabalho, uma das exigências foi atualizar a nomenclatura e a composição, para incluir a Gestora de Metas, o que o Tribunal já fez, pela [Portaria GP Nº 022/2025](#).

Adiantou que haverá um novo período para o próximo plano, de 2027 a 2032.

No entanto, por ora, ainda convém uma alteração no Plano Estratégico de 2021/2026.

A partir disso, lembrou que, entre os itens do Plano Estratégico Institucional, a Missão é idêntica a todos os Tribunais. Quanto à Visão, como já havia sido aprovada e está de acordo com o CSJT, não há o que alterar.

Por outro lado, os Valores precisam refletir o mesmo planejamento do CSJT, necessitando agregar agilidade e sustentabilidade no texto do TRT-15.

Dra. Ana Paula propôs adequar e manter o restante que já havia no do Tribunal, elucidando que já há a responsabilidade socioambiental, que se refere a iniciativas para minimizar impactos negativos e maximizar impactos positivos, incluindo redução de carbono etc.

Dra. Andrea conceituou a sustentabilidade, que envolve interações econômicas, sociais, ambientais e áreas de atuação, sugerindo acrescentar, assim como o termo celeridade, que se refere à tramitação dos processos em relação ao tempo total. A agilidade trata da capacidade de atuar pró-ativamente e de modo eficiente para resolver questões processuais.

Paulo opinou por incorporar os dois valores, mantendo os demais existentes.

Dra. Ana Paula também considerou pertinente incluir, porque existem diferenças de conceitos e motivos para colocar todos.

Dr. Helcio concordou que é importante abranger todos, incluindo os que vieram do CSJT, com conceitos maiores.

O Comitê votou aprovando a inclusão da agilidade e da sustentabilidade.

Na sequência, Iara demonstrou que, na página 5 do Plano, haverá a modificação para incluir esses conceitos no mapa estratégico.

No alinhamento em relação aos indicadores e às metas do CSJT, há necessidade de integração ao planejamento estratégico.

Ainda que a revisão seja para 2024/2026, há que se prestar contas, pois os indicadores serão monitorados pelo Regional e pelo CSJT, alguns a cada quatro meses, outros semestral e ainda anualmente. As áreas serão notificadas para os devidos cumprimentos, a partir da Assessoria de Gestão Estratégica, que informa ao Conselho.

No planejamento estratégico de 2025, já estão previstas as metas. Em relação ao quanto aprovado pelo CNJ, o Tribunal adequa para seus documentos do planejamento também.

Dentre os indicadores do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), que mede a sustentabilidade nos Tribunais brasileiros, estão energia elétrica, água, uso de copos plásticos etc. Em 2024, o Tribunal atingiu 69,90%. Para 2025, a sugestão seria buscar 75% de meta.

Iara destacou que um dos itens não cumpridos foi o uso de garrafas plásticas envasadas. Em todos os outros TRTs, houve uma média de consumo entre 300 e 900 garrafas. Já o TRT-15 apresentou número maior, o que denota mais um item para atenção.

Dos copos plásticos, não há como zerar a compra, pois é preciso ter para público externo, por exemplo. Já houve distribuição de canecas para o público interno há alguns anos, o que ajudou a reduzir o consumo.

Quanto aos dados relativos à impressão, o ideal é reduzir a quantidade de gastos de papel.

Dr. Helcio citou que o TCE-AM tem máquina para desfazer material plástico, como de garrafas. Seria necessário adequar para uma destinação posterior dos recicláveis.

Iara abordou, ainda, a economia possível com os copos, com orientação para não pegar mais de um no dia.

Dra. Lúcia comentou sobre o Projeto do Mercado Livre de energia, para prédios onde não há espaço para inserção de energia fotovoltaica, como estudo para redução da energia elétrica.

Adlei sugeriu campanhas de conscientização para jornada regular, apagar luzes e desligar

computadores ao sair, bloquear a tela quando se ausentar, economizar papel etc, para reduzir o consumo e os gastos.

O Comitê aprovou a ideia de realizar inicialmente campanhas e não cortes. Assim, Dra. Ana Paula explicará a importância dessas campanhas aos demais desembargadores, possivelmente na sessão do Tribunal Pleno.

Realizados os debates e tendo em vista as propostas elencadas, o Comitê de Governança e Estratégia concordou em aumentar a meta a ser atingida nestes anos de 2025 e 2026 para o índice de 71 a 75%, ficando a Assessoria de Gestão Estratégica responsável por atualizar o Plano Estratégico Institucional.

Ao final, a Excelentíssima Desembargadora Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às 12h20.

Ata preparada por	Patricia Luchi Pesce (DACC - Divisão de Apoio às Comissões e aos Comitês)	Em	26/2/2025
Ata aprovada por	Desembargadora Ana Paula Pellegrina Lockmann (Desembargadora Presidente do Tribunal e Coordenadora do Comitê de Governança e Estratégia)	Em	28/2/2025